

EM QUE CONSISTE?

As entidades devedoras de pensões, com exceção das de alimentos, são obrigadas a reter o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares.

Não confundir a retenção na fonte do IRS com o pagamento do imposto devido:

A retenção na fonte é um mecanismo que - com base em determinados índices sobre a situação pessoal, familiar e de rendimento do indivíduo, que permitem estimar, em termos aproximados, o valor do imposto devido a final - proporciona a entrega ao Estado, à medida que os rendimentos sujeitos a IRS são pagos ou colocados à disposição dos seus titulares, a importância que, naquele cálculo provisório, será, em princípio, necessária para suportar o imposto liquidado a final.

A diferença entre o imposto devido a final – que está sujeito a regras e operações de liquidação diferentes das aplicáveis à retenção na fonte – e o que tiver sido entregue nos cofres do Estado em resultado de retenção na fonte tanto pode ser favorável como desfavorável ao sujeito passivo. No primeiro caso, o pensionista terá direito a um reembolso. No segundo, terá, ainda, de pagar.

Titulares de pensões de preço de sangue e deficientes das Forças Armadas:

As pensões de preço de sangue, as pensões atribuídas aos Deficientes das Forças Armadas (DFA), Grandes Deficientes das Forças Armadas (GDFA) e Grandes Deficientes do Serviço Efetivo Normal (GDSEN), em função dessa condição, os abonos suplementares de invalidez e as prestações suplementares de invalidez dos deficientes das Forças Armadas, e as pensões/indenizações, devidas em consequência de lesão corporal ou doença, resultantes do cumprimento do serviço militar, ainda que os respetivos beneficiários não se encontrem qualificados como DFA's, GDFA's ou GDSEN não estão sujeitos a IRS.

Titulares de pensões por acidente de trabalho, acidente em serviço ou doença profissional:

As pensões e os capitais de remição pagos como reparação da incapacidade permanente ou morte, por acidente de trabalho, por acidente em serviço ou doença profissional, não estão sujeitos a IRS nem deverão ser objeto de qualquer retenção na fonte.

QUAL A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL?

Os procedimentos a observar relativamente à retenção na fonte do imposto sobre os rendimentos de pensões encontram-se estabelecidos no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS).

COMO SE CALCULA O VALOR A RETER?

APURAMENTO DA TAXA APLICÁVEL

A retenção de IRS sobre as pensões mensalmente pagas pela CGA, é efetuada mediante a aplicação:

- Das taxas e deduções que lhes correspondam, constantes das tabelas de retenção na fonte de IRS, para os pensionistas **residentes** em território português;
- De uma taxa liberatória de 25%, para os pensionistas **não residentes**, isto é:
 - Os pensionistas que recebam a respetiva pensão no estrangeiro através de ordem de pagamento (transferência bancária);
 - Os pensionistas que, embora não recebam a respetiva pensão no estrangeiro, residam no estrangeiro e enviem à CGA um documento comprovativo da sua residência no estrangeiro;
 - Os pensionistas que, embora não recebam a respetiva pensão no estrangeiro, residam no estrangeiro e tenham número de identificação fiscal português requerido pela CGA nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2003, de 23 de abril;
 - Os pensionistas que, embora não recebam a respetiva pensão no estrangeiro, residam no estrangeiro e solicitem dispensa de retenção de IRS, nos termos do artigo 101.º-C do Código do IRS, apresentando para o efeito um formulário de modelo a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, acompanhado de documento emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado de residência que ateste a sua residência para efeitos fiscais no período em causa e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.

Pensionistas não residentes

A taxa liberatória incide sobre o montante anual bruto das pensões, líquido das deduções constantes do artigo 53.º do Código do IRS e das isenções previstas no artigo 56.º-A do CIRS.

Deduções constantes do artigo 53.º do Código do IRS:

- As pensões de valor anual igual ou inferior a € 4 587,09, por cada titular que as tenha auferido, são deduzidas pela totalidade do seu quantitativo;
- As pensões de valor anual superior a € 4 587,09, por cada titular que as tenha auferido, são deduzidas por aquele montante.

Às pensões são ainda deduzidas:

- As quotizações sindicais, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1% do valor total das pensões, sendo acrescidas de 100%;
- As contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde, na parte que exceda o montante da dedução prevista no n.º 1 do artigo 53.º do CIRS.

Isenções previstas no artigo 56.º-A do CIRS:

- As pensões auferidas por titulares que apresentem um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%, são tributadas em 90% do seu valor, com o limite de € 2 500,00.

A importância a reter é o resultado da seguinte fórmula:

Remuneração mensal (R) x Taxa marginal máxima - Parcela a abater

A taxa marginal máxima e a parcela a abater são as que correspondam à interseção da linha da tabela de Retenção na Fonte em que se situar a remuneração com as respetivas colunas e em que, se aplicável, a letra «R» que conste da parcela a abater corresponde à remuneração mensal.

Tratando-se de rendimentos de rendimentos de pensões auferidos por titulares deficientes das Forças Armadas (que residam no Continente, nos Açores ou na Madeira), a importância a reter é o resultado da seguinte fórmula:

Remuneração mensal (R) x Taxa marginal máxima - Parcela a abater – (Parcela adicional a abater por deficiente das Forças Armadas)

A taxa marginal máxima, a parcela a abater são as que correspondam à interseção da linha da tabela de Retenção na Fonte em que se situar a remuneração com as respetivas colunas, e em que, se aplicável, a letra «R» que conste da parcela a abater corresponde à remuneração mensal.

O modelo de tabelas de retenção na fonte prevê, também, a inclusão de uma parcela adicional a abater por dependente, de valor fixo.

DETERMINAÇÃO DA TABELA APLICÁVEL

As tabelas de retenção aplicáveis a pensões são de 2 tipos:

- Rendimentos de pensões (Continente, Açores e Madeira);
- Rendimentos de pensões de titulares deficientes ou de titulares deficientes das Forças Armadas (Continente, Açores e Madeira);

Comprovativo de invalidez:

O pensionista deficiente deve conservar na sua posse os documentos comprovativos do grau de invalidez, para apresentação à Administração Fiscal quando e no prazo em que esta o exija, bastando-lhe, para efeitos de retenção de IRS, comunicar à CGA o seu grau de incapacidade, enviando declaração emitida pela entidade competente.

Variam segundo a residência dos pensionistas:

- Continente;
- Região Autónoma dos Açores; e
- Região Autónoma da Madeira;

e, para efeitos da consideração da situação pessoal e familiar dos sujeitos passivos, contemplam 2 situações:

- “Casado dois titulares / Não casado” - aplica-se aos pensionistas solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens e aos pensionistas casados que não se enquadrem no estipulado no n.º 4 do artigo 99.º-B do Código do IRS;
- “Casado único titular” - aplica-se aos pensionistas casados ou unidos de facto, quando apenas um dos cônjuges aufera rendimentos englobáveis, ou, auferindo-os ambos, o rendimento de um deles seja igual ou superior a 95% do rendimento englobado (n.º 4 do artigo 99.º-B do Código do IRS).

Situação pessoal e familiar do pensionista:

A CGA é obrigada a solicitar ao sujeito passivo, antes de ser efetuado o primeiro pagamento ou colocação à disposição, os dados indispensáveis relativos à sua situação pessoal e familiar.

Os pensionistas devem obrigatoriamente comunicar à CGA as alterações daquela situação.

Na aplicação das tabelas de retenção deve ainda observar-se o seguinte:

- 1) Na situação de «casado único titular», em que o cônjuge não aufera rendimentos das categorias A ou H e seja portador de deficiência que lhe confira um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, é adicionado o valor de € 135,71 à parcela a abater;
- 2) Quando existirem dependentes a cargo, com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% é adicionado à parcela a abater o valor de € 84,82, na situação de «não casado ou casado, único titular», e o valor de € 42,41, no caso de «casado, dois titulares»;
- 3) O valor a acrescer à parcela a abater, por cada dependente com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% referido no ponto anterior, pode, ainda, ser acrescido:
 - a) Até três vezes, no caso de não casado e no caso de casado, único titular;
 - b) Até seis vezes, no caso de casado, dois titulares.

No entanto, os sujeitos passivos com dependentes com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% têm de comunicar à CGA, em momento anterior ao seu pagamento ou colocação à disposição, a opção pelo fator de multiplicação pretendido correspondente à tabela de retenção na fonte aplicável;

- 4) Por cada dependente a cargo, é adicionado à parcela a abater, o valor de € 42,86, na situação de «casado, único titular», o valor de € 21,43, no caso de «casado, dois titulares» e o valor de € 34,29, no caso de «não casado», com um ou mais dependentes, sem prejuízo do disposto no ponto 2 e 3);

- 5) No caso de titulares deficientes das Forças Armadas, desde que residentes no Continente, nos Açores ou na Madeira, é adicionado à parcela a abater, no valor de € 36,38, na situação de «casado, único titular» e o valor de € 18,19, no caso de «não casado ou casado dois titulares», sem prejuízo do disposto no ponto 2 e 3);
- 6) Nas situações em que os titulares de rendimentos das categorias A ou H optem pela retenção do IRS mediante taxa inteira superior à que lhes é legalmente aplicável, altera-se apenas o valor da taxa marginal máxima que seria aplicável, mantendo-se inalterada a parcela a abater e, se aplicável, a parcela adicional abater por dependente ou por deficiente das Forças Armadas.

QUAIS AS TABELAS EM VIGOR?

As tabelas de retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares são anualmente aprovadas por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Continente e Açores) e pelo Secretário Regional das Finanças (Madeira).

As tabelas para vigorarem no ano de 2026 foram aprovadas:

- As relativas aos rendimentos pagos ou colocados à disposição de titulares residentes em território português, com exceção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelo Despacho n.º 233-A/2026 (2.ª Série), de 5 de janeiro, da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no Diário da República – 2.ª Série, Suplemento, n.º 3, de 6 de janeiro (aplicadas pela CGA a partir de fevereiro com efeitos a janeiro);
- As relativas aos rendimentos pagos ou colocados à disposição de titulares residentes na Região Autónoma dos Açores, pelo Despacho n.º 1 179/2026 (2.ª Série), de 27 de janeiro, da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no Diário da República - 2.ª Série, n.º 23, de 3 de fevereiro (aplicadas pela CGA a partir de março com efeitos a janeiro);
- As relativas aos rendimentos pagos ou colocados à disposição de titulares residentes na Região Autónoma da Madeira, pelo Despacho n.º 19/2026 (2.ª Série), de 20 de janeiro, do Secretário Regional das Finanças da Madeira, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira - 2.ª Série, n.º 13 – 4.º Suplemento, de 20 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2026 (2.ª Série), de 23 de janeiro, do Secretário Regional das Finanças da Madeira, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira - 2.ª Série, n.º 16 – 3.º Suplemento, de 23 de janeiro (aplicadas pela CGA a partir de fevereiro com efeitos a janeiro).

Às pensões pagas pela CGA são, assim, no ano de 2026, aplicáveis as seguintes tabelas:

CONTINENTE

Pensionista Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)	Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	<i>Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão</i>
Até 920,00	0,00%	0,00	0,0%
Até 1 042,00	12,50%	12,50% x 2,6 x (1 320,92 - R)	3,8%
Até 1 100,00	15,70%	15,70% x 1,35 x (1 627,01 - R)	5,5%
Até 1 133,00	15,70%	111,70	5,8%
Até 1 239,00	21,20%	174,02	7,2%
Até 1 869,00	24,10%	209,96	12,9%
Até 2 114,00	31,10%	340,79	15,0%
Até 2 361,00	34,90%	421,13	17,1%
Até 3 462,00	43,10%	614,74	25,3%
Até 5 833,00	44,60%	666,67	33,2%
Até 18 332,00	50,50%	1 010,82	45,0%
Superior a 18 332,00	53,00%	1 469,12	n.a.

Pensionista Casado único titular

Pensão mensal (€)	Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	<i>Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão</i>
Até 920,00	0,00%	0,00	0,0%
Até 1 042,00	12,50%	12,50% x 2,6 x (1 381,69 - R)	1,9%
Até 1 100,00	12,50%	12,50% x 1,728 x (1 553,11 - R)	3,6%
Até 1 170,00	12,50%	97,88	4,1%
Até 1 526,00	15,90%	137,66	6,9%
Até 1 884,00	19,28%	189,24	9,2%
Até 2 314,00	21,77%	236,16	11,6%
Até 3 245,00	27,92%	378,48	16,3%
Até 3 480,00	32,33%	521,59	17,3%
Até 6 085,00	32,37%	522,99	23,8%
Até 18 350,00	42,93%	1 165,57	36,6%
Superior a 18 350,00	53,00%	3 013,42	n.a.

CONTINENTE

Pensionista **deficiente** Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	1 816,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%
Até	2 063,00	24,10%	437,66	18,19	2,9%
Até	2 492,00	31,10%	582,07	18,19	7,7%
Até	3 280,00	34,90%	676,77	18,19	14,3%
Até	4 598,00	43,10%	945,73	18,19	22,5%
Até	6 627,00	44,60%	1 014,70	18,19	29,3%
Até	18 529,00	50,50%	1 405,70	18,19	42,9%
Superior a	18 529,00	53,00%	1 868,93	18,19	n.a.

Pensionista **deficiente** Casado único titular

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	2 257,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%
Até	2 782,00	18,22%	411,23	36,38	3,4%
Até	3 359,00	23,73%	564,52	36,38	6,9%
Até	4 074,00	30,17%	780,84	36,38	11,0%
Até	6 266,00	36,37%	1 033,43	36,38	19,9%
Até	18 169,00	46,97%	1 697,63	36,38	37,6%
Superior a	18 169,00	53,00%	2 793,23	36,38	n.a.

AÇORES

Pensionista Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	966,00	0,00%	0,00	0,0%
Até	1 042,00	8,75%	8,75% x 2,6 x (1 438,38 - R)	0,1%
Até	1 100,00	10,99%	10,99% x 1,35 x (1 840,67 - R)	1,0%
Até	1 133,00	11,97%	120,67	1,3%
Até	1 239,00	14,84%	153,19	2,5%
Até	1 869,00	17,86%	190,61	7,7%
Até	2 114,00	22,27%	273,04	9,4%
Até	2 361,00	24,43%	318,71	10,9%
Até	3 462,00	28,28%	409,61	16,4%
Até	5 833,00	29,25%	443,20	21,7%
Até	18 332,00	32,83%	652,03	29,3%
Superior a	18 332,00	34,45%	949,01	n.a.

Pensionista Casado único titular

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	1 055,00	0,00%	0,00	0,0%
Até	1 100,00	8,75%	8,75% x 1,7 x (1 703,51 - R)	0,5%
Até	1 159,00	8,75%	91,25	0,9%
Até	1 511,00	11,13%	118,84	3,3%
Até	1 866,00	13,49%	154,50	5,2%
Até	2 291,00	15,24%	187,16	7,1%
Até	3 212,00	19,54%	285,68	10,6%
Até	3 445,00	22,63%	384,94	11,5%
Até	6 025,00	22,66%	385,98	16,3%
Até	18 168,00	30,45%	855,33	25,7%
Superior a	18 168,00	34,45%	1 582,05	n.a.

AÇORES

Pensionista **deficiente** Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)
Até	2 202,00	0,00%	0,00	0,00
Até	2 492,00	21,77%	481,51	18,19
Até	3 280,00	24,43%	547,80	18,19
Até	4 598,00	30,17%	736,08	18,19
Até	6 627,00	31,22%	784,36	18,19
Até	18 529,00	34,85%	1 024,93	18,19
Superior a	18 529,00	36,57%	1 343,63	18,19

<i>Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão</i>
0,0%
2,4%
7,7%
14,2%
19,4%
29,3%
n.a.

Pensionista **deficiente** Casado único titular

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)
Até	2 821,00	0,00%	0,00	0,00
Até	3 293,00	16,61%	478,97	36,38
Até	3 994,00	21,12%	627,49	36,38
Até	6 266,00	25,46%	800,83	36,38
Até	18 169,00	32,88%	1 265,77	36,38
Superior a	18 169,00	37,10%	2 032,51	36,38

<i>Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão</i>
0,0%
2,1%
5,4%
12,7%
25,9%
n.a.

M A D E I R A

Pensionista Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	980,00	0,00%	0,00	0,0%
Até	1 028,00	8,72%	8,72% x 2,60 x (1 356,92 - R)	1,5%
Até	1 099,00	12,04%	12,04% x 1,35 x (1 696,78 - R)	3,2%
Até	1 218,00	13,04%	108,16	4,2%
Até	1 843,00	20,61%	200,37	9,7%
Até	2 248,00	23,30%	249,95	12,2%
Até	2 450,00	25,79%	305,93	13,3%
Até	3 362,00	31,72%	451,22	18,3%
Até	4 904,00	32,60%	480,81	22,8%
Até	5 758,00	34,13%	555,85	24,5%
Até	19 327,00	36,18%	673,89	32,7%
Superior a	19 327,00	38,55%	1 131,94	n.a.

Pensionista Casado único titular

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	1 028,00	0,00%	0,00	0,0%
Até	1 099,00	8,72%	8,72% x 1,834 x (1 635,71 - R)	0,9%
Até	1 218,00	8,72%	85,84	1,7%
Até	1 804,00	13,06%	138,71	5,4%
Até	2 172,00	17,71%	222,60	7,5%
Até	2 984,00	20,23%	277,34	10,9%
Até	3 914,00	22,78%	353,44	13,7%
Até	4 142,00	23,49%	381,23	14,3%
Até	4 616,00	28,08%	571,35	15,7%
Até	19 327,00	29,93%	656,75	26,5%
Superior a	19 327,00	38,55%	2 322,74	n.a.

M A D E I R A

Pensionista **deficiente** Não casado | Casado dois titulares

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	2 197,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%
Até	2 362,00	22,30%	489,94	18,19	1,6%
Até	3 173,00	25,46%	564,58	18,19	7,7%
Até	4 104,00	29,77%	701,34	18,19	12,7%
Até	5 476,00	31,22%	760,85	18,19	17,3%
Até	5 950,00	34,13%	920,21	18,19	18,7%
Até	19 517,00	36,16%	1 041,00	18,19	30,8%
Superior a	19 517,00	38,55%	1 507,46	18,19	n.a.

Pensionista **deficiente** Casado único titular

Pensão mensal (€)		Taxa marginal máxima	Parcela a abater (€)	Parcela adicional a abater por DFA (€)	Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão
Até	2 918,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%
Até	3 844,00	10,04%	292,97	36,38	2,4%
Até	4 409,00	14,49%	464,03	36,38	4,0%
Até	5 858,00	18,13%	624,52	36,38	7,5%
Até	5 950,00	25,54%	1 058,60	36,38	7,7%
Até	19 196,00	32,65%	1 481,65	36,38	24,9%
Superior a	19 196,00	38,55%	2 614,22	36,38	n.a.

A coluna «Taxa efetiva mensal de retenção no limite do escalão» não releva para efeitos de cálculo do valor de retenção na fonte, correspondendo à taxa de retenção final para os rendimentos com os valores dos limites de cada linha, resultante da aplicação da taxa marginal máxima, da parcela a abater e, se aplicável, da parcela adicional a abater por deficiente das Forças Armadas.

A taxa efetiva mensal de retenção na fonte é calculada pelo rácio entre o valor retido na fonte e o valor do rendimento pago ou colocado à disposição.

QUAL A TAXA APLICÁVEL?

TAXA APLICÁVEL QUANDO HÁ ALTERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

De residente a não residente

Os pensionistas que solicitem a alteração da sua residência fiscal de residentes para não residentes passam a ser considerados não residentes a partir do mês seguinte ao da apresentação do pedido de mudança de residência, não se efetuando qualquer tipo de acerto retroativo.

De não residente a residente

Os pensionistas que solicitem a alteração da sua residência fiscal de não residentes para residentes passam a ser considerados residentes a partir do mês seguinte ao da apresentação do pedido de mudança de residência, não se efetuando qualquer tipo de acerto retroativo.

TAXA APLICÁVEL AO SUBSÍDIO DE NATAL E AO 14.º MÊS

Verbas referentes ao próprio ano

O cálculo do imposto a reter sobre as verbas referentes ao subsídio de Natal e ao 14.º mês é efetuado autonomamente, não sendo estas adicionadas às pensões dos meses em que são pagas para efeitos de apuramento da taxa de retenção a aplicar.

Quando as prestações correspondentes ao subsídio de Natal e ao 14.º mês forem pagas fracionadamente reter-se-á, em cada pagamento, a parte proporcional do imposto calculado nos termos atrás mencionados.

Assim, nos meses em que tais pagamentos ocorrem, o imposto a reter é igual à importância apurada sobre o valor da pensão mensal mais a importância calculada sobre o valor do subsídio de Natal / 14.º mês.

Verbas referentes a anos anteriores

O cálculo do imposto a reter sobre as verbas referentes ao subsídio de Natal e ao 14.º mês é efetuado autonomamente por cada ano que respeitam, ou seja, aplica-se autonomamente a taxa que vigorar ao montante a pagar, por cada ano a que respeitam.

TAXA APLICÁVEL A PENSÕES REPORTADAS A MESES DIFERENTES DAQUELES EM QUE FORAM PAGAS

Retroativos referentes ao próprio ano

- Novas pensões

A taxa marginal máxima e a parcela a abater será a que corresponde à interseção da linha em que se situar o montante atualizado da pensão mensal.

A base de incidência da referida taxa será o total da importância abonada, isto é, a pensão mensal e os retroativos, dado não existirem pensões que sirvam de referência ao cálculo do imposto.

- Pensões já em abono

Aos retroativos abonados, referentes ao próprio ano, de pensões já em abono, efetuar-se-á o reporte ao mês a que respeitem e recalculá-los-á o imposto.

A taxa marginal máxima e a parcela a abater, será a que corresponde à interseção da linha em que se situar o montante atualizado da pensão mensal.

A base de incidência da referida taxa será o montante atualizado da pensão mensal e o imposto a reter será a diferença entre a importância assim determinada e aquela que, com referência ao mesmo mês, tenha eventualmente sido retida.

Retroativos referentes a anos anteriores àquele em que são pagos

A retenção na fonte das pensões de anos anteriores é feita de uma forma autônoma, não podendo, para cálculo do imposto a reter, ser adicionadas às pensões dos meses em que são pagas ou colocadas à disposição.

Assim, para efeitos e determinação da taxa marginal máxima e da parcela a abater que lhes é aplicável, o respetivo valor é dividido pela soma do número de meses a que respeitam, aplicando-se a taxa marginal máxima e a parcela a abater à totalidade dessas pensões.

TAXA APLICÁVEL QUANDO HÁ ACUMULAÇÃO DE PENSÕES

Na retenção de IRS a efetuar aos pensionistas que auferem mais do que uma pensão, podem verificar-se as seguintes situações:

Pensões pagas por uma única entidade

A retenção de IRS é efetuada sobre o valor resultante da soma das pensões mensalmente pagas, mediante a aplicação das taxas e deduções que lhes correspondam, constantes da respetiva tabela.

Pensões pagas por entidades diferentes

A retenção é efetuada por cada entidade. No entanto, por solicitação expressa do pensionista, pode ser tido em conta o montante das várias pensões.

Tal retenção pode, então, ser efetuada por uma ou por ambas, consoante a vontade manifestada pelo pensionista.

Pensões recebidas em Portugal e no estrangeiro

O pensionista é considerado não residente relativamente a todas as pensões que receba da CGA, ainda que solicite à Caixa que lhe sejam pagas em território português outras pensões, quando:

- Solicita o recebimento de uma pensão no estrangeiro através de ordem de pagamento (transferência bancária) e, para o efeito, efetua a sua prova de residência;
- Reside no estrangeiro e envia à CGA um documento comprovativo da sua residência no estrangeiro;
- Reside no estrangeiro e tem um número de identificação fiscal requerido pela CGA nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2003, de 23 de abril;
- Reside no estrangeiro e solicita a dispensa de retenção de IRS, nos termos do artigo 101.º-C do Código do IRS, apresentando para o efeito um formulário próprio certificado pelas autoridades competentes do respetivo país de residência.

Pensões recebidas por sujeitos passivos deficientes

As taxas e deduções constantes das tabelas respeitantes a titulares deficientes aplicam-se à totalidade das pensões mensalmente pagas ou colocadas à disposição aos pensionistas pela CGA.

Acumulação de pensões em que uma é pensão sujeita a tributação de IRS e outra está abrangida pela norma de exclusão da incidência do artigo 12.º do CIRS

A retenção na fonte incide apenas sobre o valor da pensão ou pensões sujeitas a IRS.

TAXA APLICÁVEL A COMPLEMENTOS DE PENSÃO

Na retenção de IRS sobre complementos de pensões, pagos por entidade diferente da que está obrigada ao pagamento da respetiva pensão, pode ser tido em conta o montante desta, por solicitação expressa do respetivo titular.

POSSO ESCOLHER A TAXA A APLICAR?

Nos termos da legislação em vigor, os pensionistas podem optar por:

- Taxa inteira de retenção mensal superior à que lhes é aplicável segundo as tabelas de retenção;
- Regime de tributação dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, desde que vivam em união de facto e preencham os pressupostos constantes da lei respetiva.

Para exercerem o direito de opção, os interessados devem apresentar à CGA uma declaração nesse sentido.

Esta opção só vigora a partir do mês seguinte a ter sido comunicada, não havendo lugar a quaisquer acertos retroativos.

Nas situações em que os titulares de rendimentos de pensões optem pela retenção do IRS mediante taxa inteira superior à que lhes é legalmente aplicável, altera-se apenas o valor da taxa marginal máxima que seria aplicável, mantendo-se inalterada a parcela a abater e, se aplicável, a parcela adicional a abater por dependente ou por deficiente das Forças Armadas.

O IMPOSTO RETIDO ESTÁ SUJEITO A ARREDONDAMENTO?

A importância do imposto a reter é, consoante se trate de **residentes** ou de **não residentes**, arredondada para o euro inferior ou para o cêntimo mais próximo, respetivamente.

COMO POSSO SABER O VALOR RETIDO?

A CGA disponibiliza na CGA Direta, até ao dia 20 de janeiro de cada ano, documento comprovativo das pensões pagas no ano anterior, do imposto retido na fonte e das demais deduções a que houve lugar.

Os pensionistas podem consultar, igualmente na CGA Directa, informação detalhada sobre o processamento mensal da sua pensão, na qual consta a taxa efetiva de retenção aplicada e o valor deduzido por aplicação daquela.